



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

Desigualdade educacional na contemporaneidade: uma breve reflexão da evasão escolar no município de Niterói

Vívian Padiá Leão¹

Resumo

O presente artigo tem como propósito apontar reflexões acerca das desigualdades do processo educacional e do fracasso escolar configurado de diferentes formas na atualidade. O presente estudo está estruturado em três momentos: Primeiro apresentará um breve resgate da construção da Política de Educação relacionando-a as desigualdades no processo escolar; No segundo momento explanaremos sobre tais desigualdades expressas pelas estatísticas das pesquisas realizadas pelo Brasil; No terceiro tópico, uma análise do fenômeno da evasão escolar no Município de Niterói (RJ). E por fim, algumas considerações acerca do referido debate.

Palavras-chave: Desigualdade educacional. Fracasso escolar. Evasão.

Abstract

This article aims to point reflections on the inequalities of the educational process and school failure configured in different ways today. This study is structured in three stages: first present a brief recovery of the construction of the Education Policy relating to inequalities in school process; In the second moment will explain about such inequalities expressed by the statistics of research conducted by Brazil; In the third topic clipping occurs in the analysis of the dropout phenomenon in the city of Niterói (RJ). Finally, some considerations on this debate.

Keywords: Educational inequality. School failure. Evasion.

I. A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E A (DES)IGUALDADE NO PROCESSO ESCOLAR.

Discutir a educação é entrar em um campo onde diferentes atores e instituições convergem e divergem a todo instante, seja nas concepções ideológicas seja na prática cotidiana. Cabe ressaltar que a forma como a educação vem sendo consolidada ao longo

¹ Discente do programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense

do tempo no Brasil está intrinsicamente ligada a sua relação com a sociedade, pois a escolarização tem objetivos peculiares e diferenciados em cada contexto social.

O final do século XX foi propulsor de tempos de mudanças profundas e estruturais que nos trouxe questionamentos e reflexões acerca das transformações nas relações sociais. Tais mudanças desencadearam um distanciamento da ideia sociológica clássica de “sociedade”, sendo esta repensada numa perspectiva de análise sobre a forma como a vida social se ordena ao longo do tempo e do espaço (HALL, 1997). *As questões enfrentadas pelas escolas não podem ser desconexas das causas estruturais que as produzem. Pensar a escola enquanto espaço social privilegiado para a construção da cidadania requer pensar a construção de um espaço diferenciado, capaz de garantir o respeito nas relações entre os diversos atores envolvidos (profissionais – alunos – famílias) na dinâmica institucional.*

A escola é uma porta de entrada comunitária. Além de seu papel pedagógico, formador e de socialização, ela é depositária de conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais. A escola recebe e expressa às contradições da sociedade (QUINTÃO, 2007, p. 2).

Inicialmente cabe um breve resgate da trajetória da educação, para compreendermos como esta vem se constituindo e consolidando no Brasil. No final da década de 80 ocorre um marco político de extrema importância no que se refere à educação. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 a educação passa a ser instituída enquanto ***direito social de todos*** os cidadãos e ***dever do Estado*** devendo ser oferecida gratuitamente. Pela primeira vez na história a educação se configura enquanto política pública de corte social que visa à promoção social. No pós 1988 a Educação se consolida enquanto política pública social, garantida pelo Estado como componente intrínseco da cidadania.

A Educação enquanto principal componente da ideia de promoção social, foi uma das políticas que primeiro se instituiu de aparato profissional para ofertar serviços como objeto de política pública (CASTRO, 2012, p. 7).

O direito ao conhecimento que há muito fora negado, nesse momento acreditava-se conquistado. Analisando a trajetória da educação a partir de então, percebemos através

de inúmeros estudos e pesquisas na área que o problema central é que apenas o acesso foi universalizado, outros elementos integrantes da escolarização como, por exemplo, a qualidade do ensino, não se concretizou na mesma proporção.

[...] com o acesso a novas clientelas à escolarização, as desigualdades escolares mudaram de forma e se deslocaram no tempo, operando de forma mais sutil ou mesmo imperceptível, sem, contudo, desaparecer ou diminuir de importância” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 58).

Os avanços ocorridos até então na política de educação foram significativos e não devem ser desconsiderados. Os sujeitos das classes populares estão conseguindo acessar o universo escolar e o número de matrículas vem subindo gradativamente até os dias de hoje. O aspecto quantitativo vem avançando, no entanto, questionamentos com relação ao tempo de permanência na escola, a efetiva alfabetização, a alfabetização na idade certa e o bom desempenho relacionado ao “sucesso” escolar de crianças e adolescentes de classes populares parecem que não estão concretizadas. Que tipo de educação está sendo oferecida a esse público com questões tão peculiares?

O objetivo, portanto, era a criação de uma escola laica, pública, gratuita, obrigatória e além de tudo de qualidade, caminhando no sentido da universalização do acesso. Porém junto a esse ideal de universalização, foi-se disseminando o “mito” da igualdade de oportunidades²³, onde se acreditava que apenas com o acesso à escola garantido para todos os cidadãos, as chances dos mesmos tenderiam a ser iguais, tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho, visto que todos “poderiam” ter uma escolaridade que lhes garantisse um diferencial. Porém a utopia da igualdade de oportunidades servia apenas para mascarar uma desigualdade latente.

De fato, na sociedade contemporânea brasileira, uma educação de qualidade ainda tem sido considerada um privilégio de poucos, mais especificamente daqueles que podem pagar por ela. Sendo assim, “Não nos parece forçoso afirmar a existência de uma

² Discente do programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense

³O discurso da igualdade de oportunidades tenta difundir a falsa ideia de que em uma sociedade desigual possa haver algum tipo de igualdade, e é por isso que o chamamos de mito. Bourdieu resume este fenômeno no sistema educacional da seguinte forma: ocorre quando a escola trata todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, mascarando as desigualdades reais.

negligência histórica com a educação por parte das elites governantes do Brasil, especialmente aquela voltada para as camadas populares” (SILVA; BRANDÃO; MARINS, 2009, p. 22).

Desde 2006, relatórios que acompanham a educação mostram problemas de acesso, permanência e desempenho educacional que evidenciam desigualdades que desfavorecem significativamente as populações mais pobres. De acordo com o Censo/2010, 15% das crianças brasileiras ainda não são alfabetizadas aos 8 anos de idade, apesar de estarem na escola, e aponta (dentre inúmeros motivos) que:

A população historicamente excluída do mundo letrado passou a frequentar ambientes escolares empobrecidos em infraestrutura e currículos, além de fechada à participação da comunidade. O quadro de trabalhadores da educação não está suficientemente preparado para o desafio de formar estudantes oriundos do segmento da população mais afetada por dificuldades socioeconômicas, que tornam mais difíceis os ganhos de aprendizagem (BRASIL, 2014, p.17).

Dentro desse contexto, muitos autores apontam que a forma como a escolarização vem se efetivando ao longo do tempo, tem frustrado as perspectivas das classes populares, no que se refere à possibilidade de mobilidade social através da educação. Primeiramente por que suas condições objetivas não permitem investir em uma trajetória escolar longa para essas classes, visto que a emergência econômica destas famílias faz com que se inicie no universo do trabalho muito cedo em ocupações que demandam pouca ou nenhuma qualificação. Também há o fato de que, para os que permanecem na “jornada” escolar os desafios são muito difíceis de serem vencidos.

Desta forma observa-se uma distancia considerável entre instituição escolar e sujeito. E assim sendo, essa distância pode estar conduzindo muitas vezes a desistir da escolarização ou a se refugiar em atitudes negativas que reforçam o caminho do fracasso.

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantém e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto de uma inversão total de perspectiva (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.15).

A partir do exposto, iniciamos várias reflexões acerca de como se originou o acesso à escola para os grupos que até então se viam excluídos desse sistema e como as condições para o ensino se efetivaram, ou não.

[...] com o acesso a novas clientelas à escolarização, as desigualdades escolares mudaram de forma e se deslocaram no tempo, operando de forma mais sutil ou mesmo imperceptível, sem, contudo, desaparecer ou diminuir de importância (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 58).

Observa-se que as classes populares tiveram a possibilidade de uma maior aproximação com a escola, pois o acesso que foi garantido na Constituição, se consolidou. Porém, questionamos se a seletividade anterior agora ocorre dentro da escola, na constante luta que estas classes demonstram tanto pela permanência quanto pelo êxito escolar. Levando em consideração que na análise da trajetória do sistema educacional a função social da educação, fora ao longo de tempo, instrumento da classe dominante com o fim de representar e manter seus interesses, cabe refletir se neste processo em que a “escola incluiu para então excluir em seu interior”, ela estaria contribuindo conscientemente ou não, para a continuação da hierarquia entre as classes em nossa sociedade.

II. AS DESIGUALDADES EXPRESSAS PELOS NÚMEROS DO “FRACASSO”.

Mediante ao contexto apresentado cabe uma reflexão sobre o nível de escolaridade da população brasileira, que apesar dos avanços obtidos nesta arena, ainda se apresenta baixo e desigual quando comparado entre as classes.

O insucesso no processo ensino-aprendizagem gera: frustrações, falta de perspectiva, e desesperança com relação ao “sucesso” escolar, acarretando em consequência disso: infrequência, retenções, distorção idade/série e por fim a evasão escolar. Crianças e adolescentes cansados de tantas frustrações e fracassos são muitas vezes “levados” a abandonar a escola e ter por “única opção” como substituto da educação, o trabalho. Não se pode deixar de problematizar em que circunstâncias e em

que tipo de trabalho, essa parcela da população com baixo nível de escolaridade (e conseqüentemente sem competências necessárias para admissões futuras em empregos mais qualificados e mais bem remunerados) está sendo inserida. Uma classe de “desqualificados” que no “fim das contas” terminará com seus direitos desrespeitados (mesmo que por vias indiretas) sem educação e sem emprego, inserindo-se no mercado de trabalho informal, instável e/ou ilegal, com condições de trabalho muitas vezes precárias, sem um sistema de proteção social e expostos a assumir sozinhos os riscos da instabilidade do mercado e do mundo trabalho, mantendo assim como diz Souza (2009) “o estilo de vida pré-determinado”, sendo incapazes de romper esse ciclo geracional de pobreza e desigualdade.

Toda a problemática apresentada sempre esteve presente na história da educação brasileira. O insucesso escolar tem sido um grande problema tanto para o aluno como para o sistema educacional como um todo, onerando significativamente os custos da educação pública. Existe no Brasil uma vasta literatura e pesquisas sobre o fenômeno da repetência, análises do fluxo escolar, rendimento, financiamento e custos da educação. Os resultados convergem para uma mesma direção.

Gasta-se muito, gasta-se mal, o sistema é ineficaz, as taxas de repetência são extremamente elevadas e o aluno reprovado e submetido a sucessivos fracassos muitas vezes tende ao abandono e/ou à evasão (PRADO, 2000, p.49).

Algumas ações foram implementadas objetivando minimizar tais problemas, e desta forma a LDB instituiu: possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; promoção automática; regime de ciclos e classes de aceleração da aprendizagem. Estratégias de correção de fluxo escolar para o combate à repetência e evasão com ênfase na qualidade do ensino. Apesar das estratégias e de alguns avanços, os problemas ainda são significativos.

Segundo dados do Relatório de Observação nº 5 (BRASIL, 2014), entre os jovens de 15 a 19 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentavam escola e não trabalhavam, em 2012. A taxa de abandono precoce revela o (in)sucesso na escolarização. Quanto ao ensino fundamental, houve melhoria na taxa de aprovação do 1º ao 5º ano; em

2011 as taxas de reprovação e abandono foram respectivamente 8,1% e 1,7% e aprovação 90,2%, embora não se possa descartar que essa “melhoria” esteja relacionada à política de ciclo e/ou promoção automática que favorecem o percentual de aprovação. Porém em geral, com relação a rede pública, no que se refere ao quesito reprovação mais abandono, percebe-se que mesmo após 27 anos da Constituição Federal a trajetória escolar de 10% dos alunos nos anos iniciais do fundamental e 15% nos anos finais está comprometida.

III. A EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Em consonância com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a Rede Municipal de Educação de Niterói direciona-se a vários níveis e modalidades compreendidos desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. O Programa de Combate à Evasão Escolar (PCEE) tratava-se de uma reedição, em 2009, de um Programa surgido no ano de 1999⁴ como parte da Política Pública de Educação de Niterói.

Quando reativado esteve vinculado à Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME) através da Presidência e da Subsecretaria de Projetos Especiais, subordinado à Diretoria de Gestão Escolar. Nesta reedição o trabalho consistia em pesquisar e compreender as causas da infrequência escolar, objetivando atuar na prevenção da infrequência e evasão⁵, através de assessoria as Unidades Escolares na promoção de ações que visassem reduzir os níveis de infrequência, garantindo a permanência do aluno na escola. Neste formato o trabalho foi desenvolvido por uma equipe interdisciplinar composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Educação, que compôs o programa durante o período de 2009 a 2011.

Para iniciar o trabalho a equipe primeiramente solicitou ao setor de Assessoria de Estudos e Pesquisas educacionais (AEPE) um levantamento do percentual de evasão dos alunos nas unidades escolares (em 2008). A partir da análise de tais dados constatou-

⁴ A primeira versão foi extinta no ano de 2002, sua proposta consistia em reverter o quadro de alunos evadidos.

⁵ O escopo de atuação do programa era o ensino fundamental – do 1º ao 4º ciclo que atende os alunos de 06 aos 14 anos de idade, onde a escolarização é obrigatória.

se que das 37 unidades escolares de ensino fundamental da época, 8 escolas tinham o percentual de evasão maior do que 5%, esse dado nos chamou bastante atenção. Diante do exposto e buscando entender os motivos da evasão no município, o PCEE, realizou um levantamento inicial acerca dos motivos que ocasionavam a infrequência e, conseqüentemente, a evasão do aluno matriculado na Rede Municipal de Ensino. Cabe destacar que não se tratou de uma pesquisa de cunho científico, e sim de uma primeira aproximação com a questão para sua problematização.

Inicialmente a equipe do PCEE elaborou os instrumentos para o levantamento. Estes instrumentos foram distribuídos nas Unidades (do 1º ao 4º ciclo que atendem alunos de 06 a 14 anos) para que os profissionais da Rede informassem os fatores que consideravam impeditivos à permanência destes alunos na escola.

Quadro 1: Levantamento dos alunos infrequentes da Rede Municipal de Niterói.



Niterói
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
Programa de Combate à Evasão Escolar



Unidade Escolar: _____ data: ____/____/2011
 Nome do servidor responsável pela informação: _____ cargo: _____

Levantamento dos alunos infrequentes

Nome	Idade	Ciclo	Turno	Nº de faltas	Motivo*	Intervenções

* Código dos possíveis motivos das faltas

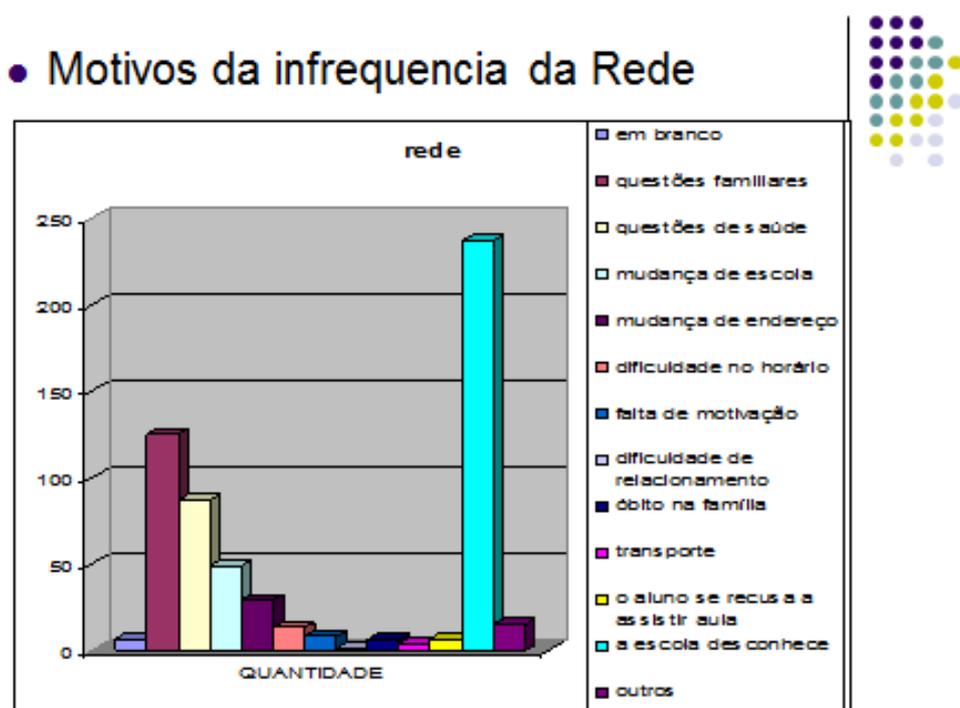
1 Questões familiares	6- Dificuldades em cumprir horário	9- Transporte
2 Questões de saúde **	6- Falta de motivação	10- O aluno se recusa a assistir aula
3 Mudança de escola infrequência	7- Dificuldade de relacionamento**	11- A escola desconhece o motivo da
4 Mudança de endereço	8- Óbito na família	12- outros**

**Especificar

Fonte: Documentos internos da Fundação Municipal de Educação de Niterói- FME

É importante destacar que as categorias descritas foram criadas e estabelecidas por cada U.E., livremente. Tal proposição teve o intuito de não direcionar, induzir ou manipular informações e atender as especificidades de cada caso. A partir do material enviado pelas escolas como devolução do levantamento, as situações semelhantes foram agrupadas em categorias, preservando a redação própria. Os dados foram quantificados por Unidade Escolar, por Polo de abrangência e localidade e pela Rede como um todo.

Gráfico 1: Categorias de análise dos motivos da infrequência dos alunos da Rede Municipal de Educação de Niterói



Fonte: Documentos internos da Fundação Municipal de Educação de Niterói- FME 2009

Na análise do levantamento, o maior índice observado dentre os motivos que ocasionavam o afastamento do aluno da escola foi a categoria citada como “não justificado/ignorado/desconhecido”. Após análise dos dados apresentados, observou-se a urgência de uma ação (em curto prazo) do PCEE no sentido de atender a maior demanda apresentada: **“o desconhecimento das causas de infrequência e evasão escolar”**. Algumas reflexões foram pertinentes: Que invisibilidade é essa? Por que não se deseja

saber o motivo dos alunos evadirem? Por que não são traçadas estratégias para evitar a infrequência e evasão dessa parcela da sociedade?

O Programa ao analisar os resultados percebeu um fator de extrema importância, em muitos dos casos em que não se tinha identificado o motivo da infrequência/evasão, os profissionais da escola haviam conversado com os responsáveis do aluno, mas ainda assim, desconheciam os motivos. Desta forma identificamos que possivelmente havia uma fragilidade dos profissionais das escolas em lidar com as famílias dos alunos da Rede. O diálogo com as famílias e alunos é imprescindível para o conhecimento dos reais motivos da infrequência/evasão, mas em posse de tal conhecimento é preciso traçar estratégias para intervir diretamente nos reais motivos que acarretam a evasão. Reverter esse quadro é responsabilidades de todos os atores compromissados com a educação.

Sendo assim, a equipe do Programa de Combate à Evasão Escolar pode redirecionar o trabalho partindo desta sinalização **de dificuldade no estabelecimento do diálogo escola/família/comunidade**. Como estratégia de ação foi elaborado pela equipe do PCEE o curso *“Família, Escola e Sociedade – Instrumentalizando Profissionais da Rede Municipal de Educação de Niterói no Atendimento às Famílias”*.

O curso foi realizado na sede do PCEE no período de 09 a 30 de novembro de 2009, em quatro encontros semanais com uma carga horária de 16 horas presenciais e 4 horas não presenciais. Tendo em vista a impossibilidade do curso atingir a todos os profissionais da Rede optou-se, inicialmente, pela formação de multiplicadores. As vagas foram direcionadas aos profissionais da Rede de Educação que atuavam diretamente com as famílias dos alunos matriculados nas escolas municipais. O curso desenvolveu-se a partir de três eixos principais: Família, Cultura e Ética.

A sistematização das informações contidas neste levantamento também teve por objetivo subsidiar a Equipe Gestora da FME na implantação e implementação, a médio e longo prazo, de Políticas Públicas Educacionais, assim como contribuir e auxiliar no trabalho dos demais Departamentos. Além de apontar aos demais segmentos do

Governo as causas de afastamento dos alunos da Rede de Niterói, cuja origem esteja para além do escopo de atuação da Educação Formal.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe refletir mediante ao contexto apresentado sobre as dificuldades na trajetória escolar, a falta de perspectiva, a desesperança com relação ao “sucesso” escolar e os “números” do “fracasso”, o quanto a educação tem um papel fundamental enquanto instrumento de mobilidade social ou manutenção da hierarquia social.

Como pensar a educação delegando exclusivamente a ela o fardo de: reduzir as desigualdades educacionais, promover o sucesso dos seus educandos através de uma educação de qualidade, promover mobilidade social e melhorar a qualidade de vida objetivando reduzir a pobreza, sem problematizar o que de fato acontece no “chão” das instituições escolares e quem são os alunos que lá estão inseridos.

Muitas pesquisas relacionadas ao desempenho dos alunos e a repetência, têm sido e aplicadas por todo Brasil, e muitas estratégias já foram criadas objetivando promover ações que minimizem os danos causados pela: repetência, distorção série/idade, infrequência e evasão. Embora até os anos 80, Prado (2000) afirme que pouco ou quase nada se conseguiu em termos de impacto dos resultados e que foi a partir da década de 90 que o Ministério da Educação (MEC) apresentou vários esforços no sentido de colocar em prática as obrigações e promessas assumidas durante conferências internacionais. Apesar de vários esforços em andamento, o trabalho não se esgota e ainda há muito a ser feito, tanto em nível de políticas nacionais quanto no trabalho dos atores que estão na “ponta” atuando diretamente com os alunos.

O trabalho desenvolvido pela equipe do PCEE possibilitou transformar frios números de infrequentes, em histórias de vida, e nesse sentido fomentou o exercício de transformar a culpabilização da evasão que antes estava centrada nas famílias em responsabilização de todos os atores envolvidos na arena educacional. Desta forma promoveu importantes contribuições no sentido de repensar estratégias para prevenir e lidar com a evasão escolar amenizando os prejuízos causados pela mesma.

Não estamos desconsiderando os fatores sociais, culturais, institucionais, econômicos, porém também não podemos deixar que tais fatores imobilizem o trabalho cotidiano dos atores envolvidos na arena educacional. Cabe à escola, transformar parte da realidade que produz o fracasso e a evasão escolar, trazendo como consequência a exclusão social. Já dizia Paulo Freire “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tão pouco sem ela a sociedade muda.”

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 maio 2014 às 21h44min.

_____. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil**: Relatório de Observação nº 5. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão. **Política Social no Brasil contemporâneo**. 2012. Disponível em: <http://www.politicaspUBLICAS.crppr.org.br/wp-content/uploads/2011/12/Pol%C3%ADtica-Social-no-Brasil_jorge-abrah%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 1997

NOGUEIRA, Maria A; NOGUEIRA, Cláudio M (org). **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004. (Pensadores e educação, v.4)

PRADO, Iara G. **LDB e Políticas de Correção de Fluxo Escolar**. Brasília. v. 17, n. 71, p. 49-66, jan. 2000.

QUINTÃO, André. **Políticas Públicas Sociais: O desafio da integração**. In____. O Serviço Social e a Política Pública de Educação. QUINTÃO, André (org). Belo Horizonte: Impressão Gráfica Pusgg, 2007.

SILVA, Anderson. P.; BRANDÃO, André; MARINS Mani T. **Educação Superior e Relações Raciais**. Niterói, RJ :EdUFF, 2009

SOUZA, Jessé de. **A rale brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.